

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

OF/PMVA/GP/N° 426/2023

Em, 29 de dezembro de 2023.

EXCELENTÍSSIMA SRA. ALESSANDRA OLGA BORGES FASSARELLA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA-ES
NESTA

Respeitosamente, cumprimentando-o, encaminhamos o autógrafo da Lei nº 1489/2023 que "AUTORIZA A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE CONSELHEIRO TUTELAR, A FIM DE ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, BEM COMO ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 886, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Elevamos protesto de estima e consideração, bem como nos colocamos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

ELIESER RABELLO Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 1489, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO **EMERGENCIAL** DE **CONSELHEIRO** TUTELAR, **ATENDER** FIM DE Α **NECESSIDADE TEMPORÁRIA** DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, BEM COMO ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 886, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar Conselheiro Tutelar dentre os selecionados no último processo direto de escolha vigente, a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal.

Parágrafo único. A contratação é necessária para o atendimento de excepcional interesse público da Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social.

- Art. 2º O vencimento básico mensal do profissional será de acordo com a Legislação Municipal vigente.
- **Art. 3º** A contratação autorizada no art. 1º desta Lei será temporária, pelo período de 01/01/2024 a 09/01/2024, ou seja, até a posse dos novos membros.

Parágrafo único. O contrato firmado entre as partes poderá ser rescindido antes do término previsto, no caso de extinção dos motivos que geraram a contratação emergencial autorizada pela presente Lei.

- **Art. 4º** As despesas decorrentes destas contratações correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.
- **Art. 5º** O artigo 23, §2º da Lei Municipal nº 886, de 18 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Art. 23 (...)

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha ou, em casos excepcionais, em até 30 dias da homologação do processo de escolha.

Art. 6º Fica revogado o inciso XIV, do artigo 16 da Lei Municipal nº 886, de 18 de novembro de 2010.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 29 de dezembro de 2023.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal